



ADILSON ODAIR CITELLI
é professor da ECA-USP e
autor de *Linguagem e*
Persuasão e *O Romantismo*
(ambos pela Editora Ática).

Canudos: formas de composição



1 Entre os vários escritos sobre Canudos, *Os Sertões* é o mais célebre. No entanto, em livro de 1898, *Os Jagunços*, Afonso Arinos, alguns meses após o fim da guerra sertaneja, também iria apresentar uma visão dos acontecimentos, não coincidente com a elaborada por Euclides da Cunha. Infelizmente, os cem exemplares da primeira edição de *Os Jagunços*, em parte dados como brinde aos novos assinantes do jornal *O Comércio de São Paulo*, do qual Arinos era editor, não repercutiram. Afora algumas críticas favoráveis em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, a obra se viu entregue ao esquecimento. Isto parece, contudo, resultar menos da relativa fragilidade estrutural do texto e mais do fato dele aderir claramente a Canudos e Antônio Conselheiro. O momento era ainda o das comemorações pela vitória da República e do projeto liberal. Os ecos da morte dos sertanejos queimados no meio da caatinga talvez pudessem continuar instigando outros “espíri-

tos restauracionistas” enfurnados sabe lá em que frinchas e desertos do solo pátrio.

Neste artigo, parte de um trabalho maior que procura verificar como os textos literários se apropriaram da questão canudense, busca-se fixar certas nuances presentes em *Os Sertões* e *Os Jagunços* especificamente no que tange à dinâmica de formação de Belo Monte.

2 É comum nos comentadores de Canudos o registro do impressionante crescimento do lugar. Das poucas choupanas que serviram de pouso a vaqueiros e viajantes até 1893, com a chegada de Antônio Conselheiro àquele ponto do rio Vaza-Barris houve um salto para algo em torno de cinco mil edificações (1), formando, até sua destruição em 1897, o segundo agrupamento humano da Bahia. O censo de 1900 fixa em duzentos mil os habitantes de Salvador.

Havia um deslocamento tão intenso de pessoas em direção a Belo Monte que já se fazia sentir na região o escasseamento da mão-de-obra. Fato que levou o Barão de Geremoabo a registrar:

“Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas e até do estado de Sergipe ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para os Canudos, lugar escolhido por Antônio Conselheiro para o centro de suas operações.

Causava dó ver-se exposta à venda nas feiras extraordinária quantidade de gado cavalar, vacum, caprino, etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro” (2).

Tal movimento aparece registrado em *Os Jagunços*:

“A verdade é que, nem Tacaratu, nem Simão Dias, nem Geremoabo, nem Monte Santo, nenhuma das cidadezinhas do sertão, ao norte, ao sul, ou à beira do São Francisco, era tão movimentada, tão trabalhadora e tão morigerada como Belo Monte, que o povo de fora chamava Canudos(...) Cada dia aumentava o número de fiéis que acorriam a ouvir-lhe a palavra cheia de fogo e persuasão” (3).

Este aspecto de ampliação do núcleo conselheirista aparece destacado em várias

Aldemir Martins



passagens de *Os Sertões*:

“O aldeamento efêmero de matutos vadios, centralizado pela igreja velha, que já existia, ia transmudar-se, ampliando-se em pouco tempo, na Tróia de Taipa dos jagunços” (p. 122); “O arraial crescia vertiginosamente coalhando as colinas” (p. 123); “Canudos, no seu crescimento surpreendedor, desbordara da depressão em que se formara para o viso das colinas envolventes” (p. 309).

Os dois textos admitem o fato de que Canudos passou a ter importância regional, o que pode ser observado pelo aumento da população e pelo ritmo das construções “até doze casas por dia” (S, p. 123).

Alguns autores querem mesmo considerar Belo Monte como um nucleamento com razoável fluxo de mercadorias - pelo menos até o início das hostilidades - que mantinha relações comerciais com outras cidades, em particular com Juazeiro da Bahia, e que explorava atividades agropastoris, vendendo couro “(...) especialmente

1 Em 1895, o frei João Evangelista do Monte Marcano consigna em seu célebre *Relatório ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu Séquito no Arraial de Canudos*: “(...) e contam-se em tais condições, para mais de 800 homens e 200 mulheres, no séquito do conhecido fanático”, ainda que para os officios da missaão aparescessem 4.000, o Frei chegará a falar em 6.000 sertanejos. Anexo ao livro de J. da Costa PALMEIRA: *A Campanha do Conselheiro*, Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934. Ao ver Canudos pela primeira vez, o que segundo Olímpio de Souza Andrade ocorreu no dia 16 ou 17 de setembro de 1897, Euclides da Cunha registra, na *Caderneta de Campo*, a existência de mais de 2.000 casas. Na página final de *Os Sertões* o número salta para 5.200 moradias. Macedo Soares, na página 47 de *A Guerra de Canudos* (Rio de Janeiro, Typographia Altina, 1902) fala na existência de 6.500 habitações e 30.000 moradores.

2 Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 29ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, p. 122. As demais citações de *Os Sertões* foram extraídas desta edição e serão seguidas da letra S e número correspondente da página.

3 Afonso Arinos, *Os Jagunços*, in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 244. As citações de *Os Jagunços* foram retiradas desta edição e serão indicadas com a letra J seguida do número da página.

de bode e carneiro que abundam como pestes pelas caatingas” (4). Fato que levou César Zama (Wolsey) a admitir que Canudos tinha, na exportação de peles para o exterior, sua principal fonte de renda (5).

Em estudo recente, José Calasans (6) sugere uma certa funcionalidade capitalista regendo as relações econômicas de Belo Monte. Aqui conviveriam tanto beatos e combatentes como negociantes e proprietários; logo, os móveis que levaram uns e outros ao lugar pareciam derivados de uma órbita ou religiosa ou diretamente comercial. O autor apresenta vários tipos que poderiam ser colocados nas categorias acima indicadas e retoma o caso sempre lembrado de Antônio Vila-Nova, tipo esperto e com relativas posses, prestigioso dono de negócios, e que conseguiu fugir nos últimos momentos de Canudos, retornando com a família para o Ceará, onde deu prosseguimento às suas atividades comerciais.

O padre Azarias Sobreiras (7) situa os irmãos Vila-Nova, Antônio e Horácio, entre os chamados indiferentes, ou seja, pessoas que foram a Belo Monte por razões não necessariamente religiosas.

Afonso Arinos tendeu a considerar esta face “econômica” de Canudos, destacando a questão do crescimento e do comércio:

“Já um templo, ainda humilde, se ergue ali. As muralhas de outro, mais alto e mais espaçoso, estão levantadas. Um formigueiro de gente trabalha na conclusão dele. Enquanto homens passeiam pelos andaimes e a trolha do pedreiro acama o reboco, uma fila de mulheres e crianças conduz pequenas pedras e barro” (J, p. 203).

“A gente da redondeza comerciava francamente com Belo Monte, sem o mínimo receio. Lá entravam diariamente cargueiros carregados, vindos das fazendas mais próximas. Os fazendeiros já mandavam de longe para lá suas tropas carregadas de mantimentos. Muita gente vinha para aí como para uma peregrinação” (J, pp. 208-9).

A explicativa “sem o mínimo receio” parece querer sinalizar para a imagem de uma Canudos operosa e pacífica, vivendo um cotidiano muito parecido com o de outras cidades sertanejas, tendo sua escola (8), sua cadeia, casas melhores e piores, mas sendo, basicamente, um lugar onde “reina-

va a abundância filha do trabalho” (J, p. 244), e as pessoas desconheciam “o que era roubo ou luxo” (J, p. 244). Nesse sentido, a projeção de Arinos coincide com estudos acerca das comunidades messiânicas que nelas localizam a máxima nacional da ordem e do progresso (9).

A experiência do beato José Lourenço, no Caldeirão, os agrupamentos do Contestado, a Santa Brígida, de Pedro Batista, para ficarmos nalguns exemplos (10), não confirmam a tese da vigência do caos nesses lugares. Ao contrário, em algumas comunidades messiânicas ocorreu não apenas certa estabilização social como deve ter existido, em determinadas famílias, até pequeno excedente financeiro. Não fosse assim, Canudos, por exemplo, deixaria de ser disputada pelos padres Sabino, vigário do Cumbe, e Ricarde, do Pombal, visto que na origem do desentendimento entre os clérigos estava o fato de as visitas ao território do Conselheiro permitirem ganhos razoáveis com a celebração dos ofícios religiosos (11).

Aldemir Martins



4 Manuel Benício, *O Rei dos Jagunços*, Rio de Janeiro, Typographia do *Jornal do Comércio*, 1899, p. 166.

5 *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários sobre a Campanha de Canudos*, Bahia, Typographia do *Diário da Bahia*, 1899, pp. 22-4. O destaque dado à exportação de peles, através de um emissário que o Profeta teria em Juazeiro, é de difícil aceitação.

6 José Calasans, *Crise Biográfica de Jagunços (o Séquito de Antônio Conselheiro)*, Salvador, UFBA/Centro de Estudos Baianos, nº 122, 1986.

7 “Vila-Nova e Antônio Conselheiro”, in *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XII, 1948.

8 A presença da professora Maria Francisca Vasconcelos é registrada na *Caderneta de Campo*, por Euclides da Cunha, do seguinte modo: “cabocla-mulata-bonita, moça-abandonada pelo marido. Tinha escola todo dia. Tinha muitos meninos na escola. 2\$ por mês cada menino. Escola mista”. São Paulo, *Cultrix*, 1975, p. 23.

9 Cf. Douglas Teixeira Monteiro, *Os Errantes do Novo Século*, São Paulo, *Duas Cidades*, 1974; Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, São Paulo, *Dominus/Edusp*, 1965; Maurício Vinhas de Queiroz, *Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja no Contestado: 1912-1916)*, São Paulo, *Ática*, 1977.

10 Verificar o caso apontado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, no capítulo “Movimentos Messiânicos Rústicos”. (op. cit., pp. 194-306). A dinâmica social, econômica e religiosa da comunidade liderada pelo beato José Lourenço foi apresentada no documentário dirigido por Rosemberg Cariri, em 1966, com imagens e depoimentos inéditos, sob o título *O Caldeirão de Santa Cruz no Deserto*.

11 Maria Isaura Pereira de Queiroz, op. cit., p. 218.

Da Canudos de Afonso Arinos foi praticamente abolida a face criminógena consignada numa série de autores. Em *Os Jagunços*, os bandidos são trocados por valentes e corajosos. Assim, aqueles Pajeú, Vila-Nova, João Abade, tratados por Euclides da Cunha como facinorosos, recebem, agora, qualificativos enobrecedores:

“Quando Luís Pachola entrou a falar com o Conselheiro, ao lado de Vila-Nova e Pajeú, lá estava também João Abade, um belo tipo de homem branco.(...) Tanto a seu respeito, como a respeito de Vila-Nova, contavam-se mentiras de dúzias de homicídios bárbaros. Tinham a valentia provada em mais de uma ocasião difícil, no meio de lutas tremendas e a descoberto: nada mais. E quem não for valente como eles não canta, nem entoa, no meio desses sertões brasileiros(...)” (J, p. 209).

A defesa irrestrita dos acusados não coincide com as idéias sobre Belo Monte correntes no tempo. O que se lia na imprensa e nos libelos anticonselheiristas eram discursos que construam a concepção da existência de um reduto dedicado à beatice, à histeria coletiva; um elo perdido entre as montanhas e habitado por tipos cujas estruturas mentais não poderiam absorver o ritmo das máquinas e das novidades técnicas. Para lembrar Nina Rodrigues, tratava-se de um gueto de anormais sob o comando de um desviado com mania de perseguição e cercado de bandidos e desajustados de várias ordens.

No fim do mundo não se avistava a marca da diferença, mas o simulacro ainda mais decaído dos marginalizados que não conseguiam ter acesso às inovações proporcionadas pela revolução industrial. Nos morros da Capital Federal, às vésperas do corte modernizador simbolizado pela abertura da avenida Central, pareciam viver os mesmos amontoados de trôpegos, mendigos e doentes postos como possíveis imagens daquele outro, incógnito no sertão, à margem da história: a ligá-los o fato de terem perdido o ritmo do vapor e do bonde.

Num primeiro momento, Euclides da Cunha tendeu a olhar Canudos por uma óptica oposta à de Arinos, dando continuidade, em suas linhas gerais, ao que foi colocado acima. Em *Os Sertões*, a ocupação do vale do rio Vaza-Barris, no seu amontoado de casas, casebres e casinholas dispos-

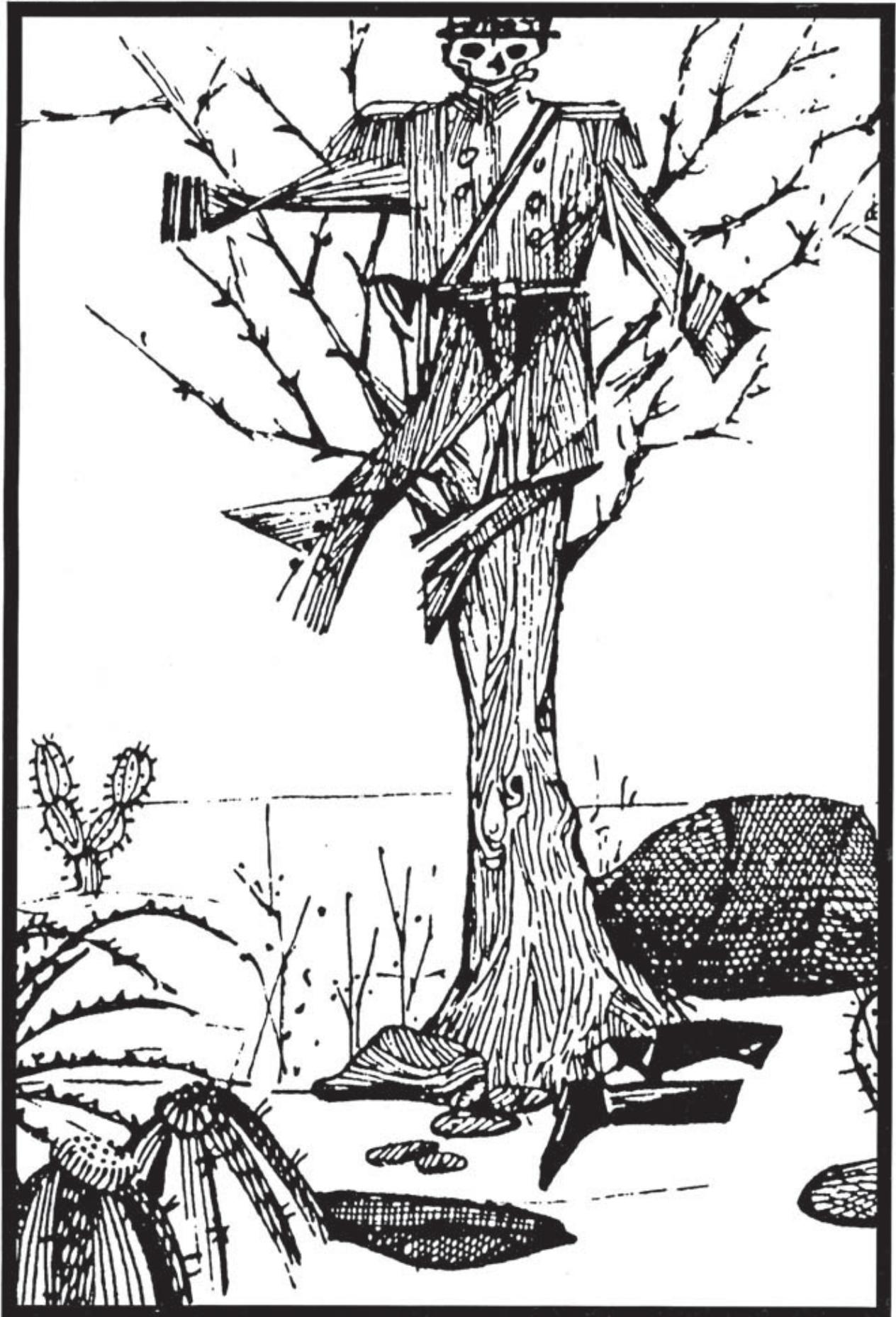
tas irregularmente, formando becos, corredores, labirintos, subindo e descendo entre frinchas, encostas, planos e ladeiras, expressa metaforicamente a própria desorganização mental, cultural e étnica do Santo Antônio e sua gente. Daí a presença, em *Os Sertões*, de um segmento textual recheado de adjetivos e advérbios hiperbolizadores da retroação atávica, do primitivismo bronco e erradio, da catarse coletiva dos alucinados. A cidade cresce adensada por “gandaieiros de todos os matizes, recidivos de todos os delitos (...) valentões incorrigíveis” (S, p. 135). A dominá-los nomes como João Abade, Pajeú, Antônio Beato, os irmãos Vila-Nova, todos compondo o truanesco *staff* do Profeta, comandantes de um exército de alucinados, conforme a conhecida expressão do Barão de Geremoabo, e do qual José Venâncio pode ser visto como um paradigma, com suas “dezoito mortes cometidas” (S, p. 135), ou o negro Estevão todo disforme, “corpo tatuado à bala e à faca” (S, p. 135).

É verdade que, no decorrer do texto, Euclides da Cunha irá repensar a natureza errática da *civitas*, transformando-a em berço de heróis. Em lugar dos facinorosos das primeiras páginas, veremos saltar dos sepulcros os seres indomáveis; das locas os “valentes martirizados”, das taperas castigadas pelo canhoneio, como fantasmas irrompendo entre a fumaça, aparecem os tipos desconhecidos:

“Sucedeu, então, um fato extraordinário de todo em todo imprevisto. O inimigo desairado revivesceu com vigor incrível. Os combatentes, que o enfrentavam desde o começo, desconheciam-no.

Haviam-no visto, até aquele dia, astucioso, negaceando na maranha das tocaias, indomável, na repulsa às mais valentes cargas, sem par na fugacidade com que se subtraía aos mais ataques. Começaram a vê-lo heróico” (S, p. 375).

Considere-se, contudo, que tanto Euclides da Cunha quanto Afonso Arinos pensaram Canudos destacando a idéia da nacionalidade esfacelada; do descaso com que o litoral tratava o sertão; do olhar arresvesado do governo e das elites; da suficiência de um mundo que começava na rua do Ouvidor e terminava no largo do Catete. Ainda que existam diferenças políticas e ideológicas entre as posições daqueles



Autores, é visível que ambos debitam parte considerável do trágico saldo da guerra ao descompasso social, econômico e cultural vivido pelo país. O fato de Canudos receber um aval positivo em *Os Jagunços* e alterar-se entre críticas e glorificações ao longo de *Os Sertões* é o resultado dos tipos de engajamentos ideológicos nos quais estavam envolvidos Arinos e Euclides. Para os efeitos deste trabalho é suficiente considerar que o tema do descompasso cultural e da distância entre a realidade costeira e a sertaneja impregna fortemente ambos os textos.

Assim, em *Os Sertões*, após entender que o caso de Belo Monte - resultado do insulamento de três séculos - exigia um tipo de ação diferente daquela exercida pelo “legislador Comblaim” e pelo seu único argumento moralizador, “a bala”, Euclides acentua a tese da distância:

“Está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra(...). Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil” (S, p. 348).

Arinos, adotando um ponto de vista interior aos acontecimentos, vendo a luta em Canudos a partir dos sertanejos, atribui ao governo e ao poder o início e o desdobramento das hostilidades. Já em “Campanha de Canudos (O Epílogo da Guerra)” (12), o autor lembra o fato de as portas da nacionalidade terem sido abertas aos “homens do deserto” graças a um banho de sangue promovido por quem, estando a léguas de distância, desconhecia a dinâmica cultural e as necessidades materiais dos brasileiros que viviam a mais de cem quilômetros da costa. Os sertanejos apenas reagiram contra o desprezo a que foram relegados:

“Dos graúdos das terras grandes, do Governo que eles consideravam a per-

sonificação da força e da riqueza, não conheciam o mínimo benefício” (J, p. 253).

Uma análise mais ampla talvez pudesse deslocar um pouco a questão da luta litoral/sertão do plano do desajuste cultural para o dos mecanismos que acompanharam, no Brasil finissecular, a passagem de uma sociedade baseada nas relações de parentesco para uma outra preocupada em racionalizar as leis do mercado, em criar fluxos distributivos de produtos, em fazer da agência bancária uma nova catedral mundana. Ou seja, as distonias inter-regionais poderiam ser consideradas à luz de ordens produtivas com maior ou menor funcionalidade sistêmica e que trariam consigo naturezas diferenciadas com relação ao trabalho, à visão acerca das ações do Estado, aos padrões de cultura, etc.

Não se leia, porém, nessa sugestão, o determinismo apressado de quem deseja explicar o mundo simbólico pela inexorabilidade das leis econômicas. No caso, trata-se apenas de entender um pouco melhor por que uma boa parte da intelectualidade brasileira do tempo via em Canudos o simples resultado da luta entre o passado e o futuro. Embate este que exigia a ação rápida e definitiva contra a retroação expressa por Antônio Conselheiro e seu séquito. A violência estava justificada, em última análise, pelos superiores interesses da modernização do país.

Desta forma, expressões como atraso e progresso, que se opunham no evangelho dos homens esclarecidos, apenas diluíam em formulações genéricas o que não podia ser apreendido no movimento concreto da vida brasileira. Não se localizavam no mundo distante as marcas de uma sociedade constituída pelas relações de parentesco, diversa, portanto, das estruturas sociais, econômicas e culturais do litoral. Perdia-se, assim, a dinâmica que fornecia o substrato simbólico para o surgimento dos movimentos de tipo milenário.

Falando de questão semelhante, Douglas Teixeira Monteiro chega a expressar diretamente a idéia de que os surtos messiânicos ocorrem geralmente em sociedades organizadas segundo o sistema de linhagens, produzindo formações sociais intermediárias em crise com os valores do mundo “de fora”:

“Paralelamente, poder-se-ia verificar, de parte dos grupos de transição e em crise,

uma rejeição parcial ou total dos fins propostos pela sociedade inclusiva e, até mesmo, a tentativa de elaboração de uma contracultura ambivalente (integradora-segregadora)” (13).

A palavra de Antônio Conselheiro e o crescimento de sua cidade representam, deste modo, uma espécie de oposição aos valores móveis da urbanidade costeira ancorados numa organização regulada diretamente pelas leis do mercado. Canudos, ao contrário, conquanto tenha conhecido um surto de crescimento, continuou espelhando, sob sua fisionomia mística, uma organização social baseada nas relações de parentesco e que reage às privações de modo espontâneo, afirmando “seu direito à criação de padrões valorativos, de normas de comportamento, todas as vezes que poderes exteriores pretendem impor-lhe os seus” (14). Tal dinâmica, calcada nas referências da tradição e da religiosidade, pode produzir um líder de inspiração divina, alguém que dê sentido àquilo que a sociedade “de fora” não consegue mais explicar, justificar ou transformar.

O aspecto interessante em *Os Jagunços* está exatamente no fato de que, enquanto a tendência era considerar os referidos padrões valorativos e as normas de comportamento como exemplários da barbárie e da enfermidade física, moral e cultural dos sertanejos, Arinos procurou compreender o movimento de Canudos a partir de algumas circunstâncias vinculadas ao próprio mundo rural. Se o romance não chega a esclarecer as razões estruturais da crise que gerou Canudos, deixa claro, contudo, que a única anormalidade visível no lugar foi exatamente o genocídio e a barbárie trazidos sob a forma do canhoneio por quem avocava o direito de falar e agir em nome dos princípios civilizadores.

É verdade que não faltou à análise de Arinos a mediação da “revanche”; aquele olhar vitorioso - orientado pelo sentimento nostálgico da superioridade do mundo rural - de quem assistia a mais um desastre da ação republicana. Ou, por outro lado, o ataque contra a sociedade patriarcal, de tradição fundiária, impregnada pelo viés místico, cobrou o preço de um massacre, da insanidade dos atos de dinamitação, calcinação e degola de prisioneiros indefesos. Mas esta variável ideológica não muda o fato de que a tese da inferioridade racial, do desvio cultural, do atraso sertanejo, pre-

Aldemir Martins



sente em vários momentos de *Os Sertões*, tenha sido combatida em *Os Jagunços*.

Neste sentido, a Canudos de Afonso Arinos possui dupla face: uma integrada, pelo menos até a agudização dos combates, ao modo de vida do sertão, funcionando como instrumento de estabilização social, tendo em Antônio Conselheiro uma influência benéfica, um homem entre iguais, respeitado pela abnegação de uma vida sem máculas: “porque nenhum outro poder humano conseguiria como ele domar aquele povo bravo, fazer dele um grande instrumento de disciplina” (J, p. 214). Outra, projetando o *locus* da excepcionalidade, uma espécie de síntese radicalizada do sentimento religioso presente no mundo rural.

Assim, o elemento místico e a própria face messiânica de Canudos e de seu Santo Antônio passam a sugerir os caminhos para a construção de formas de resistência por aqueles postos do lado de fora da história.

13 *Os Errantes do Novo Século*, p. 203.

14 Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, p. 111.